

Sobre a Referência Nominal Genérica

1. Introdução

Num número temático dedicado a questões de semântica nominal, parece pertinente incluir uma reflexão sobre as estruturas nominais que, em certa literatura especializada, têm vindo a ser designadas por sintagmas nominais (SN's) genéricos. E isto porque convém sublinhar que a denotação das estruturas nominais não se reduz a conjuntos de entidades ou a quantidades de matéria, podendo envolver entidades de estrutura ontológica bem mais complexa.

Neste artigo, proponho-me desenvolver algumas considerações preliminares no sentido de enquadrar e justificar a investigação que tem vindo a ser desenvolvida sobre a genericidade nominal, nomeadamente a partir do trabalho de Carlson (1977). Seguidamente, abordarei as diferentes construções ou estruturas nominais que em Português admitem uma interpretação genérica. Dado que tais estruturas não se encontram em variação livre, procurarei delimitar as respectivas restrições distribucionais. Seleccionei como parâmetros condicionadores dessas restrições distribucionais a função sintáctica dos SN's, o tipo de predicados que ocorrem na frase e os valores temporo-aspectuais da predicção. Farei ainda uma breve referência às propriedades inferenciais das estruturas nominais em apreço, quando inseridas em frases genéricas, isto é, frases cujo valor de verdade não é calculado em função de uma localização temporal específica.

2. Um ponto de partida: a proposta de Carlson (1977)

Atente-se nas expressões sublinhadas nas frases seguintes:

- (1) Os castores constroem barragens.
- (2) O homem pisou a Lua em 1969.
- (3) Um pássaro voa.
- (4) Adoro cães.
- (5) Aos gatos, dá-se qualquer tipo de comida.
- (6) É bom partilhar o tempo com as crianças.
- (7) O lince corre perigo de extinção.
- (8) Os trasmontanos são reservados.

Intuitivamente, qualquer falante/ouvinte nativo do português sabe que os SN's sublinhados não designam um indivíduo ou um grupo de indivíduos específicos, ancorados num intervalo de tempo e num espaço determinados. Na esteira da proposta de Carlson (1977), diremos que SN's deste tipo remetem para espécies, deixando em aberto a questão problemática e complexa da caracterização ontológica destas entidades. Estamos, pois, perante SN's denotadores de espécies, também muitas vezes designados por SN's genéricos (ou genericamente interpretados). Note-se que, quando se utiliza, em semântica, o termo "espécie", não se tem em mente apenas as chamadas "espécies naturais" (por exemplo, homens e cães), mas também as "espécies nominais", discursivamente construídas (pediatras, barcos à vela, etc.)¹.

A reflexão sobre as estruturas nominais denotadoras de espécies, que remonta ao trabalho de Carlson acima mencionado, desenvolveu-se, essencialmente, a partir da constatação de que a semântica formal não estava apetrechada para definir o tipo de entidades envolvidas na denotação dos SN's

¹ Utiliza-se frequentemente o termo "subespécie" para designar a entidade referida por um SN genericamente interpretado com a configuração *Det.+N+Modificador*, podendo o modificador ser um sintagma adjetival, um sintagma preposicional ou uma oração relativa restritiva.

que recebem uma leitura genérica. Ao tentar representar semanticamente a denotação de tais SN's — em Inglês, nomes plurais sem determinante, "bare plurals" genericamente interpretados, como o que ocorre na frase *dogs bark* —, Carlson verificou que as tradicionais representações em termos de conjuntos definidos extensionalmente se revelavam inadequadas. De facto,



optar por uma representação extensional implicaria considerar que os SN's em questão são expressões quantificadas; assim, tornar-se-ia necessário encontrar um quantificador apropriado, que traduzisse as condições de verdade das frases em que tais estruturas nominais ocorrem. Ora acontece que se assiste a uma considerável flutuação das condições de verdade dessas frases, em função das características lexicais dos respectivos predicados e do nosso conhecimento do mundo. Com efeito, basta confrontar os exemplos que se seguem para confirmar essa disparidade de condições de verdade:

- (9) Os cães são mamíferos.
- (10) Os pássaros cantam.
- (11) Os franceses comem carne de cavalo.
- (12) Os mosquitos transmitem o paracémio que provoca a febre amarela. (Carlson, 1977)
- (13) As abelhas são sexualmente estéreis. (Carlson, 1977)

Em (9), o quantificador apropriado seria o quantificador universal (*todos os cães são mamíferos*), já que a denotação de *cão* é um subconjunto da denotação de *mamíferos*; em (10), uma paráfrase aceitável seria *a maior parte dos pássaros canta*; em (11), basta que uma percentagem significativa de franceses satisfaça o predicado *comer carne de cavalo* para que a frase possa considerar-se verdadeira (note-se, de passagem, o carácter vago da quantificação expressa pelo sintagma *uma percentagem significativa*); no exemplo (12), o quantificador *a maior parte de* é demasiado forte, pois basta que o predicado se aplique a uma pequena percentagem de mosquitos para que a frase possa

considerar-se verdadeira; quanto ao exemplo (13), o quantificador *a maior parte de* revela-se demasiado fraco, já que no conjunto de todas as abelhas só a rainha e o zângão não verificam o predicado em questão. Assim sendo, a semântica teria de reflectir a dependência do quantificador relativamente ao predicado, o que acarretaria pesados custos ao nível da homogeneidade e da coerência das representações formais.

Por outro lado, Carlson verificou que determinados predicados só são compatíveis com SN's genericamente interpretados, não podendo co-ocorrer com estruturas nominais que envolvem na sua denotação conjuntos de indivíduos. Vejam-se os exemplos seguintes:

(14) Os lincos são numerosos / estão em vias de extinção.

(14') *Alguns lincos são numerosos / estão em vias de extinção.

Se a denotação dos dois SN's fosse do mesmo tipo, isto é, se ambos pudessem ser semanticamente representados em termos de conjuntos definidos extensionalmente, deveria haver compatibilidade de predicados, o que não se verifica.

Face às dificuldades encontradas, Carlson encara a possibilidade de representar em termos de objecto intensional a entidade envolvida na denotação dos SN's genéricos (*cães*, nesta perspectiva, denotaria a propriedade de ser um cão). No entanto, também esta solução acaba por ser abandonada, já que a distribuição dos termos que denotam propriedades não coincide com a dos SN's genericamente interpretados. Com efeito, no contexto *X é uma propriedade*, a posição de X só pode ser preenchida por expressões como *a beleza* ou *a inteligência*, mas não por *cães*.

Constatada a inadequação dos dois tipos de representação — extensional e intensional —, e tendo em conta que os 'bare plurals' genericamente interpretados têm, quanto a questões de anáfora e de escopo, um comportamento idêntico ao dos nomes próprios que denotam indivíduos, Carlson opta por redefinir as entidades básicas do domínio semântico, operando assim uma inovação de carácter ontológico: o domínio passa a conter **objects** (denota-

dos por nomes próprios ou por descrições definidas — *o João, a Torre dos Clérigos, o meu primo*) e *espécies* (que são, em Inglês, a denotação dos “bare plurals”), ambos concebidos como indivíduos atemporais que se “realizam” através de instâncias ou *fases* (“stages”) ancoradas no tempo e no espaço. O que diferencia as espécies dos objectos é o facto de estes últimos não poderem ser realizados por fases que ocupem lugares distintos num dado momento; por outras palavras, a espécie é uma entidade que pode ter fases múltiplas e simultâneas em localizações distintas, no mesmo mundo. Na semântica de Carlson, o domínio de interpretação dos predicados é também tripartido: predicados como *correr perigo de extinção* só se aplicam a *espécies*; predicados como *inteligente*, que denotam propriedades relativamente estáveis, aplicam-se basicamente a entidades do nível *objecto*; predicados como *triste*, que denotam propriedades transitórias, aplicam-se basicamente a *fases*.

Esta redefinição do domínio semântico configura também uma proposta sobre a ontologia subjacente à categorização da experiência do real expressa pelas línguas naturais. Importa reter, creio, que os SN’s genéricos funcionam como uma espécie de nomes próprios que identificam as entidades abstractas para que remetem. Concebida como entidade que se realiza através de um conjunto aberto de membros, a espécie não é definida em termos quantitacionais. Talvez se possa acrescentar que na definição desta entidade terá de ser convocado um feixe de propriedades: propriedades essenciais comuns a todos os membros que realizam a espécie, propriedades prototípicas que correspondem às propriedades disposicionais dos membros típicos da espécie e ainda propriedades que não se aplicam aos membros mas apenas a essa entidade de uma ordem superior, cuja caracterização implica um maior grau de abstracção e de complexidade conceptual².

² Trata-se de uma hipótese que me foi sugerida por João Peres (c.p.) e que se encontra também em Heyer (1988).

3. Denotadores de espécie em português

3.1. *Diversidade das construções nominais*

Em Português, as estruturas nominais que permitem referir espécies são, basicamente, os SN's introduzidos pelos artigos *o*, *os* e *um*, como se comprova pelas frases (1)-(8). A impossibilidade de submeter qualquer uma dessas frases a uma interrogativa de instanciação onde ocorram os morfemas *qual* ou *quais*, salvo em contextos especiais, prova-nos que os respectivos SN's não designam, de facto, objectos específicos, temporalmente situados:

- (1) Os castores constroem barragens.
*Quais?
- (2) O homem pisou a Lua em 1969.
*Qual?
- (4) Adoro cães.
*Quais?
- (6) É bom partilhar o tempo com as crianças.
*Com quais?

Para além dos SN's referidos, é ainda possível, em Português, fazer referência a espécies através de SN's desprovidos de determinantes, no singular ou no plural. Em posição de Sujeito e em frases não marcadas, estes últimos SN's sofrem restrições de ocorrência de natureza pragmática, pois só se utilizam no contexto proverbial ou aforístico e nos títulos de textos de imprensa:

- (15) Homem reina, mulher governa.
- (16) Lince/linces em vias de extinção

Em construções de tópico pendente e de deslocação à esquerda de tópicos pendentes, é frequente a ocorrência de nomes plurais sem determinante a funcionar como denotadores de espécies:

(17) Por falar em gatos, não te esqueças de comprar a coleira.

(18) Políticos, não te fies no que dizem!

3.2. Restrições distribucionais

As estruturas nominais assinaladas não se encontram em variação livre. Há restrições distribucionais que são basicamente determinadas pela função sintáctica do SN, pelo tipo de predicado seleccionado e pelo valor temporo-aspectual da predicação, parâmetros que muitas vezes operam de forma conjugada.

3.2.1. Restrições determinadas pela função sintáctica

Parece-me que a configuração sintáctica *um N* não se presta, em português, a uma interpretação genérica quando ocorre em posição de Objecto Directo (OD) e de Oblíquo (OBL), contextos exemplificados em (19) e (20), respectivamente:

(19) *O João adora um gato.

(20) *O progresso depende cada vez mais de um computador³.

Relativamente à estrutura nominal *o N*, parece-me que admite mais facilmente uma leitura genérica quando ocorre em posição de OD no interior

³ Compare-se (20) com o exemplo de Peres (1992): *o progresso depende cada vez mais dos computadores*.

de frases cujo SN Sujeito tem um valor semântico indeterminado; nos casos em que o SN Sujeito envolve na sua denotação um indivíduo definido ou específico, tal leitura não é processada de forma automática e intuitiva:

(21) É urgente proteger o lince.

(22) ?O Pedro adora o lince.

Em (21), o SN Sujeito da infinitiva não flexionada é uma categoria vazia (PRO), semanticamente indeterminada e não delimitada ("unbounded"), e o SN OD selecciona facilmente uma leitura genérica. A frase (22) é ambígua: embora possível, a leitura genérica do OD é dificultada pela denotação específica do SN *o Pedro*; o SN *o lince*, neste caso, é lido preferencialmente como uma descrição definida, pelo que a interpretação específica se sobrepõe, a meu ver, à interpretação genérica.

3.2.2. Restrições determinadas pelo tipo de predicado

Em determinados contextos, as estruturas nominais *os N's*, *o N* e *um N* são comutáveis, sem que se anule a interpretação genérica, como a seguir se exemplifica:

(1) Os castores constroem barragens.

(1') O castor constrói barragens.

(1'') Um castor constrói barragens.

No entanto, tal comutação já não é possível se o predicado for de outro tipo:

(7) O lince corre perigo de extinção.

(7') Os lincos correm perigo de extinção.

(7'') *Um lince corre perigo de extinção.

A construção *um N* é incompatível com **predicados de espécie** como *correr perigo de extinção*, predicados que se aplicam exclusivamente à entidade espécie e nunca aos indivíduos que a realizam.⁴

O predicado que ocorre em (1) — *construir barragens* — é um **predicado basicamente aplicável a indivíduos**; no entanto, no quadro de uma frase genérica, sofre um processo de “elevação” semântica e passa a aplicar-se à espécie, expressando uma propriedade típica dessa entidade. O mesmo se passa com predicados como *ser inteligente* ou *ser fiel*, basicamente aplicáveis a indivíduos mas perfeitamente compatíveis com expressões denotadoras de espécies:

(23) Os cães são inteligentes/fiéis.

(23') O cão é inteligente/fiel.

(23'') Um cão é inteligente/fiel.

Verifica-se, por conseguinte, que, no contexto de uma frase genérica, quando combinadas com predicados que denotam propriedades típicas da espécie, as expressões nominais *o N*, *os N's* e *um N* são comutáveis, isto é, encontram-se em variação livre. Há, no entanto, algumas diferenças entre as frases (1) e (23), que resultam do conhecimento do mundo, largamente socializado, que é convocado nas suas interpretações. Confrontem-se as frases (24) e (25):

(24) ?Este castor constrói barragens.

(25) Este cão é inteligente.

Justamente porque expressa uma propriedade que *a priori* os membros da comunidade reconhecem como típica da espécie castores, o predicado *construir barragens* dificilmente ocorre em frases como (24), com um SN Sujei-

⁴ *Um N* pode eventualmente designar, num contexto como (7''), um tipo particular de lincas, uma subespécie, mas nunca a espécie na sua globalidade.

to que envolve, na sua denotação, um membro específico da espécie⁵. A estranheza de (24) é explicável por razões de natureza pragmática: a frase em questão expressa um “lugar comum”, isto é, não comporta informação relevante na medida em que apenas se limita a explicitar, de forma redundante, uma propriedade que a entidade designada pelo SN Sujeito herda por defeito, enquanto membro da espécie.⁶

Com o predicado *ser inteligente*, tal não se verifica, sendo a própria frase genérica em que ocorre (e não o conhecimento do mundo) que o “promove” a predicado típico da espécie; assim sendo, nada obsta a que, pragmaticamente, se aceite sem reservas a frase (25).

De qualquer modo, tanto (1) como (23) autorizam o mesmo tipo de inferências, porque ambas são frases genéricas; tanto (1) como (23) são assunções que funcionam como ponto de partida de um argumento dedutivo não-monótono, característico do raciocínio por defeito⁷. Exemplificando:

Os castores constroem barragens.

X é um castor.

Na ausência de informação contrária, conclua-se que X constrói barragens.

Porque expressam generalizações, frases como (1) e (23) admitem exceções: *os cães são inteligentes* é uma frase que continua a ser verdadeira mesmo que haja vários membros da espécie que não verifiquem o predicado em questão⁸. Esta persistência da informação genérica face a contra-exemplos

⁵ Note-se que já seria aceitável uma frase do tipo *este castor constrói barragens a um ritmo alucinante*, porque, neste caso, se introduz uma especificação informativa no plano do modo de realização do processo descrito pelo predicado.

⁶ Em termos de semântica lexical, poderíamos dizer que *construir barragens* faz parte do “estereótipo” de *castor*, entendendo-se por “estereótipo” o conhecimento semântico não especializado que o utente comum da língua associa a um determinado item lexical.

⁷ Uma lógica não monótona lida com sistemas nos quais as inferências deduzidas de um conjunto de premissas podem deixar de ser válidas se se adicionar informação a essas mesmas premissas.

⁸ A prova de que as frases genéricas admitem exceções é-nos dada pela própria argumentação em linguagem natural. Veja-se o seguinte fragmento discursivo: *os gatos são traçoeiros, mas o meu é um exemplo de fidelidade*.

resulta do facto de, nas frases genéricas, o predicado ser aplicado directamente à espécie e não, distributivamente, a cada uma das suas realizações. Noutros termos, a verdade da asserção genérica não implica que o predicado tenha que ser verificado pelo conjunto dos membros da espécie. Como afirma ter Meulen (1986), reconhecer um contra-exemplo, ou uma situação recalci-trante, pressupõe a adesão à correlação expressa pela frase genérica e o reconhecimento de que a situação em causa não se enquadra no padrão geral. Há, por conseguinte, uma estreita ligação entre a validade da informação veiculada pelas frases genéricas e o tipo de inferências que elas desencadeiam, no quadro de um raciocínio não-monótono.

As expressões nominais *o N*, *os N's* e *um N* (enquanto expressões que envolvem a denotação de espécies e sendo o núcleo nominal um nome contável) estão, pois, em variação livre quando combinadas com predicados basicamente aplicáveis a indivíduos, desde que o valor temporo-aspectual da predicação seja genérico. Este tipo de frases expressa propriedades típicas da espécie e é sempre compatível com o adjunto adverbial *geralmente*. Os predicados que se aplicam exclusivamente à entidade espécie não são compatíveis com a estrutura nominal *um N*, como já foi afirmado, e excluem igualmente a possibilidade de co-ocorrência com o adjunto *geralmente*:

(26) Geralmente, os castores constroem barragens.

(27) *Geralmente, os castores correm perigo de extinção.

Quanto aos predicados que, na semântica de Carlson, se consideravam basicamente aplicáveis a fases, como *triste* ou *esfomeado*, verifica-se que, em Português, se podem aplicar a espécies, desde que seja utilizado o copulativo *ser*, e não *estar*:

(28) Os cães são tristes.

(29) Os cães estão tristes.

Em (28), o SN Sujeito só admite uma leitura genérica, ao contrário do que acontece em (29), onde o mesmo SN só admite uma leitura definida e

específica. Estas leituras são determinadas pelos diferentes valores temporo-aspectuais das frases, que resultam da oposição entre *ser* e *estar*: no primeiro caso, a predicação é atemporal e expressa uma propriedade permanente ou estável da espécie; no segundo caso, a predicação é episódica e traduz uma propriedade de manifestações temporalmente limitadas de indivíduos⁹.

Vejam agora como se comportam os predicados grupais — predicados que basicamente se aplicam a grupos de indivíduos —, quando se combinam com as estruturas nominais *o N*, *os N's* e *um N*:

- (30) Os contrabandistas reúnem-se em grutas¹⁰.
- (31) Os antigos estudantes de Coimbra encontram-se anualmente em jantares de curso.

Estas frases parecem expressar ainda propriedades típicas de espécies. Esta interpretação é legitimada pelo presente do indicativo, operador de genericidade por excelência, e corroborada pela ausência de quantificadores que induzam uma leitura existencial dos respectivos SN's. É claro que a representação semântica deste tipo de frase se complexifica em função do carácter grupal do predicado; no entanto, expressa-se em ambos os casos uma regularidade que envolve a espécie, e não um evento ou um estado de coisas episódico. Predicados deste tipo só co-ocorrem com a estrutura nominal *os N's*, devido justamente ao seu carácter grupal.

3.2.3. Restrições condicionadas pelo valor temporo-aspectual da predicação

Em todos os exemplos que até agora apresentei, o tempo invariavelmente seleccionado foi o presente do indicativo, com um valor atemporal. É este o tempo verbal privilegiado para a selecção de uma leitura genérica de

⁹ Sobre a oposição *ser/estar* em português, veja-se Mateus *et al.* (1989: 98-102).

¹⁰ Este exemplo foi-me sugerido por João Peres (c.p.).

um SN com uma das configurações sintáticas que têm vindo a ser analisadas. Tem-se utilizado o termo 'gnómico' para designar o valor temporo-aspectual de frases que expressam generalizações (cf. Lopes, 1971, e Mateus *et al.*, 1989). O termo visa traduzir o carácter atemporal da predicação, isto é, o facto de, dada a ausência de uma referência temporal deíctica ou anafórica, as situações descritas serem verdadeiras qualquer que seja o intervalo de tempo considerado.

No entanto, é possível interpretar como envolvendo a denotação de espécies SN's que co-ocorrem com predicados episódicos, como se verifica nos exemplos seguintes:

- (2) O homem pisou a Lua em 1969.
- (32) Os portugueses foram derrotados em Alcácer Quibir.

Estas frases descrevem situações episódicas, isto é, situações espacio-temporalmente localizadas, pelo que o seu valor de verdade só pode ser calculado em função de um índice temporal específico. No entanto, a predicação é ainda sobre a espécie na sua globalidade, já que estas frases expressam propriedades contingentes da espécie denotada pelos respectivos SN's Sujeito.

Com predicados episódicos, a estrutura *um N* nunca é interpretada genericamente:

- (33) *Um homem pisou a Lua em 1969¹¹

Em (33), o predicado episódico restringe automaticamente a referência do SN Sujeito a um membro da espécie; por outras palavras, o predicado

¹¹ Numa frase como *um castor foi introduzido na Alsácia em 1934* (Kleiber, 1987), *um castor* pode eventualmente ser interpretado como denotando um tipo de castores, mas nunca a espécie na sua globalidade. De qualquer forma, essa interpretação implicaria, a meu ver, um desenvolvimento discursivo do tipo: *referimo-nos ao castor polar*.

induz uma leitura existencial do SN, pois delimita uma extensão num intervalo de tempo, reforçando assim o valor do quantificador *um*.

Face aos exemplos (2) e (32), torna-se necessário estabelecer claramente uma distinção entre SN's genéricos e frases genéricas: os primeiros são expressões que envolvem a denotação de espécies e podem ocorrer quer em frases genéricas, quer em frases episódicas. As frases genéricas são aquelas cujo valor de verdade não é calculado em função de um índice temporal específico: o estado de coisas descrito é verdadeiro em todos os sub-intervalos de um intervalo de tempo aberto, sem fronteiras delimitadas. Para além desta caracterização em termos de condições de verdade, deve acrescentar-se que as frases genéricas, como acima se referiu, expressam assunções que autorizam inferências dedutivas não-monótonas. O operador por excelência da genericidade, em Português, é o presente do indicativo. É inegável que estas frases constituem o contexto paradigmático de selecção de uma leitura genérica dos SN's introduzidos pelos artigos *o*, *os* e *um*. A ocorrência de um predicado com um valor episódico bloqueia, na maior parte dos casos, uma interpretação genérica dos SN's que ocorrem na frase, uma vez que delimita a sua extensão. É o que acontece na frase (34), onde o pretérito perfeito induz automaticamente uma leitura existencial do SN Sujeito:

(34) Os estudantes boicotaram a reunião do Senado.

No entanto, em (2) e (32) parece-me que há razões de natureza pragmática que interferem de modo crucial na selecção da leitura genérica dos respectivos SN's Sujeito: a relevância informativa de ambas as frases implica que a interpretação referencial dos SN's não sofra qualquer restrição especificadora em termos de delimitação espaço-temporal. O predicado ocorre num tempo passado porque se descrevem eventos datados; porém, trata-se de eventos que afectam a espécie, marcando momentos decisivos da sua história.

A oposição entre predicados episódicos e não-episódicos recobre em parte a oposição aspectual [\pm durativo]: um predicado episódico é [- durativo], pois expressa propriedades e relações transitórias, espaço-temporalmente

delimitadas; um predicado não-episódico é [+durativo], pois expressa propriedades permanentes, ou, pelo menos, estáveis, de uma dada entidade. O valor aspectual [-durativo] parece bloquear sistematicamente a leitura genérica de um SN indefinido (cf. exemplo (33))¹².

Neste parágrafo cabe ainda uma breve referência à distribuição dos SN's genericamente interpretados em frases com um valor aspectual progressivo. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (35) Os lincos estão a desaparecer.
- (36) O homem está a esquecer o valor da solidariedade.
- (37) *Um homem está a esquecer o valor da solidariedade.

Só os SN's com a configuração *o N* e *os N's* admitem uma leitura genérica quando combinados com uma expressão predicativa com um valor aspectual progressivo. As frases (35) e (36) expressam uma mudança gradual que afecta a espécie, focalizando a fase preparatória de um processo ainda não culminado.

3.3. Considerações finais

Neste artigo, só analisámos SN's cujo núcleo é um nome tradicionalmente considerado contável. No entanto, talvez seja possível um tratamento semântico idêntico de SN's cujo núcleo é um nome massivo. Se se admitir que um nome massivo como *água* remete para uma substância ou para uma entidade contínua que se "realiza" através de todas as quantidades ou porções de matéria a que se aplica o predicado *ser água*, podemos facilmente admitir que essa entidade é algo próximo de uma espécie. Assim, na frase (38), o SN Sujeito envolveria, na sua denotação, a referência a uma espécie:

- (38) A água é indispensável à vida.

¹² O papel desta oposição aspectual na selecção de leituras dos SN's foi já assinalado por Peres, 1991.

É claro que, devido à classe referencial do nome que constitui o núcleo do SN Sujeito em (38), só a configuração sintáctica *o N* viabiliza uma leitura genérica desse mesmo SN:

(39) *Uma água é indispensável à vida.

(40) *As águas são indispensáveis à vida.

Relativamente aos SN's construídos em torno de um nome contável, verificou-se, ao longo deste texto, que a estrutura *um N* era, indubitavelmente, aquela que sofria restrições distribucionais mais acentuadas. O que se verifica em Português verifica-se também noutras línguas (cf. Kleiber e Lazzaro, 1987; Carlson, 1977; Burton-Roberts, 1976; Dahl, 1975). Nos contextos em que um SN indefinido singular em função de Sujeito funciona como denotador de espécie, é sempre possível a inserção da expressão *enquanto tal*. Observem-se as frases (41) e (42):

(41) Um castor constrói barragens.

(41') Um castor, enquanto tal, constrói barragens.

(42) Um castor construiu barragens.

(42') *Um castor, enquanto tal, construiu barragens.

Encontram-se, por vezes, frases genéricas com um SN Sujeito introduzido não pelo artigo indefinido *um*, mas pelo numeral cardinal *um*:

(43) Uma andorinha não faz Verão.

Em (43), a entidade envolvida na denotação do SN Sujeito não é a espécie "andorinhas"¹³; a frase diz-nos que não há um único conjunto singular de andorinhas que faça Verão. A compatibilidade do SN com o advérbio *só*

¹³ Quando muito, e na sequência da proposta de Hoeksema (1983), poder-se-ia considerar que a construção numeral em causa denota o conjunto de todos os conjuntos singulares de andorinhas existentes no universo de referência.

mostra-nos que se expressa, de facto, a unidade cardinal. Confrontem-se as frases (44) e (45):

(44) Uma só andorinha não faz Verão.

(45) *Um só castor constrói barragens.

Por isso mesmo, a frase (46) não nos oferece uma paráfrase aceitável de (43):

(46) *Uma andorinha, enquanto tal, não faz Verão.

Nestas considerações finais sobre os SN's indefinidos e interpretação genérica, há que mencionar o facto de eles serem, a meu ver, preferencialmente seleccionados em frases que comportam uma modalização deôntica, implícita ou explícita:

(47) Um homem não chora.

(48) Um menino bem educado não deve fazer birras.

Estas frases encerram um valor normativo, na medida em que veiculam uma regra de ordem comportamental. O operador modal cria um contexto intensional que legitima uma interpretação genérica dos respectivos SN's Sujeito.

Uma análise semântica rigorosa das estruturas nominais que funcionam como denotadores de espécies em Português pode vir a ser proficuamente aplicada no campo da tradução automática. Com efeito, é necessário estudar e descrever cada língua natural tendo em conta as suas idiossincrasias, para num momento seguinte se poderem estabelecer comparações e correspondências entre diversas línguas, no sentido de tornar minimamente viável uma eventual tradução automática. Importa, pois, acentuar, nesta perspectiva, quais os contextos que, em português e para cada estrutura nominal, induzem de forma inequívoca uma leitura genérica, e apontar também os casos de ambiguidade entre leitura genérica e leitura existencial, fazendo posteriormente um

levantamento das discrepâncias entre o português e outras línguas (cf. Peres, 1991, para uma análise comparativa entre o Português, o Alemão e o Inglês).

Uma outra via interessante de investigação oferecida pela análise das estruturas genéricas está estreitamente relacionada com o estudo das inferências que essas estruturas autorizam. É frequente a interpretação 'hiperbólica' de frases como a que ocorre no exemplo (8), aqui reproduzido como (49):

(49) Os trasmontanos são reservados.

Tal valor hiperbólico advém do facto de se atribuir muitas vezes uma leitura universal a frases deste tipo, parafraseável por (49'):

(49') Todos os trasmontanos são reservados.

Julgo que se trata de uma quantificação inferida, isto é, a informação relativa à quantidade de indivíduos envolvidos é dada apenas por via inferencial. Tal leitura emerge em função de uma estratégia dedutiva não-monótona, que envolve raciocínio por defeito: se a propriedade asserida à verdadeira relativamente à espécie, isso significa, na ausência de informações contrárias, que todos os membros que realizam a espécie verificam essa propriedade.

É justamente devido às suas potencialidades inferenciais que as frases genéricas são recorrentemente utilizadas na argumentação, para garantir ou justificar a transição das premissas para as conclusões. Veja-se o exemplo (50):

(50) O Paulo é ingénuo porque é adolescente.

Estamos perante um esquema argumentativo defectivo, que podemos reconstituir explicitando a premissa implícita:

(51) Os adolescentes são ingénuos.

O Paulo é adolescente.

Logo, o Paulo é ingénuo.

A conexão causal instituída entre as duas proposições em (50) baseia-se na assunção genérica explicitada em (51); é a partir desta assunção que se constrói a dedução plausível, típica do raciocínio por defeito, que está subjacente à asserção (50)¹⁴.

Parece, pois, interessante articular os processos inferências associados às estruturas genéricas com os diversos tipos de esquemas argumentativos utilizados na interacção coloquial quotidiana.

¹⁴ O valor preditivo frequentemente associado às frases genéricas advém ainda das suas propriedades inferenciais.

Referências bibliográficas

- CARLSON, G. (1977) – *Reference to Kinds in English*, diss. de dout., Univ. de Massachusetts, Amherst.
- BURTON-ROBERTS, N. (1976) – “On the Generic Indefinite Article”, in *Language*, vol. 52, 2, pp. 427-448.
- DAHL, O. (1975) – “On Generics”, in Keenan (ed.) – *Formal Semantics of Natural Language*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 99-111.
- HEYER, G. (1988) – “Generic Generalizations, Discourse Representation Structures and Knowledge Representation”, in J. Hoepelman (ed.) – *Representation and Reasoning*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, pp. 153-164.
- HOEKSEMA, J. (1983) – “Plurality and Conjunction”, in ter Meulen (ed.) – *Studies in Model-theoretic Semantics*, Dordrecht, Foris, pp. 63-83.
- KLEIBER, G.; LAZZARO, H. (1987) – “Qu’est-ce qu’un Syntagme Nominal Générique?”, in Kleiber (ed.) – *Rencontre(s) avec la Généricité*, Paris, Klincksieck, pp. 73-111.
- LOPES, O. (1971) – *Gramática Simbólica do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MATEUS, M.H.M. et al. (1989) – *Gramática da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Caminho.
- MEULEN, A. ter (1986) – “Generic Information, Conditional Contexts and Constraints”, in Traugott et al. (eds.) – *On Conditionals*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 123-146.
- PERES, J. (1991) – “Translating Quantifiers in a MT Multilingual Environment”, in *Le Langage et l’Homme*, XXVI, 4, pp. 263-271.
- PERES, J. (1992) – “Questões de Referência Nominal”, in *Cadernos de Semântica*, 1, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.